Sob pressão para financiar a lavra de minerais críticos e estratégicos destinados à transição energética, Fundo Clima não registra novos empréstimos ao setor em dois anos

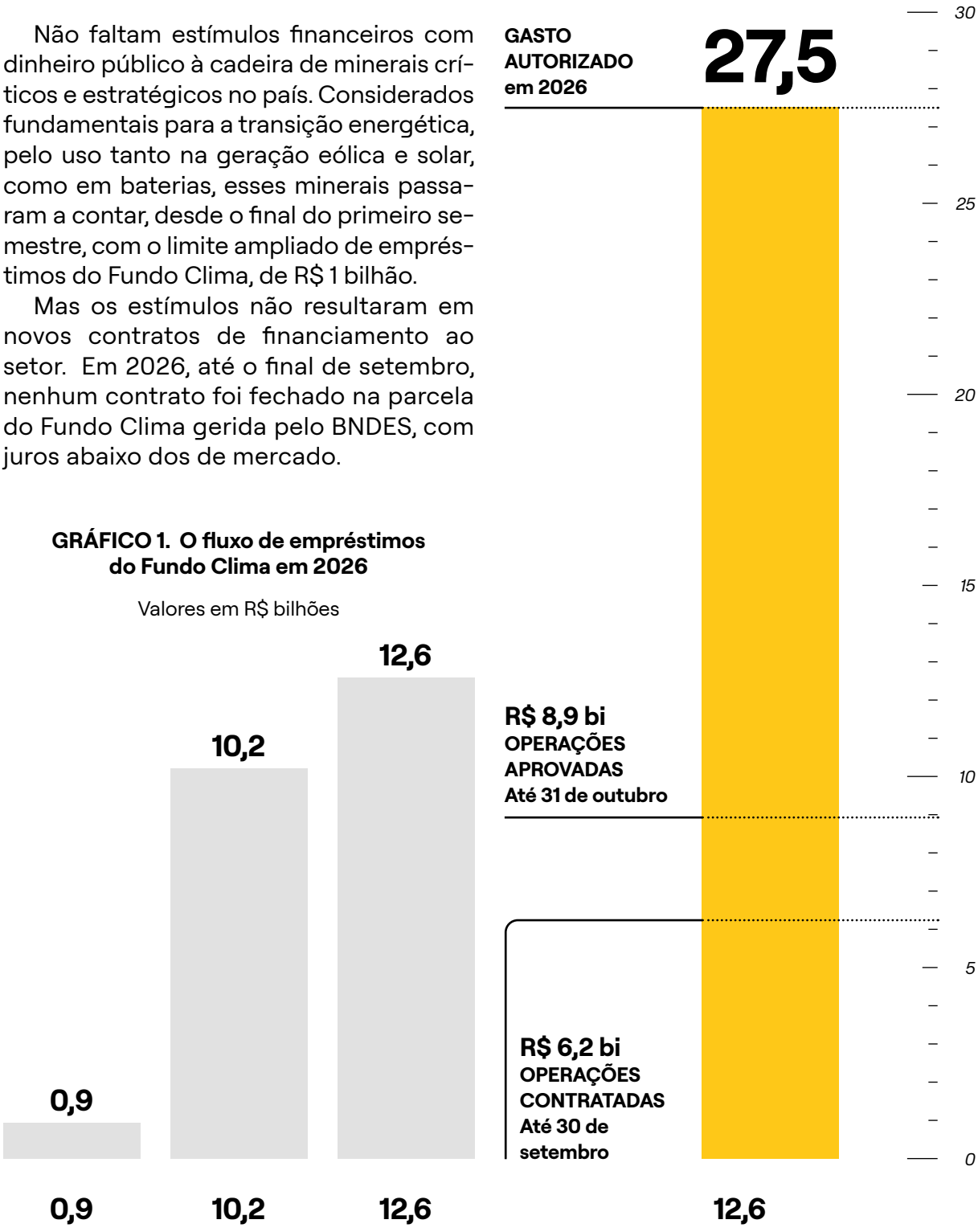
Estímulos à mineração aparecem também na parcela do Eco Invest, e parte dos investimentos estimados em R$ 650 milhões poderá ir para lavra, desde que esteja integrada a projetos de beneficiamento e transformação mineral

Não faltam estímulos financeiros com dinheiro público à cadeira de minerais críticos e estratégicos no país. Considerados fundamentais para a transição energética, pelo uso tanto na geração eólica e solar, como em baterias, esses minerais passaram a contar, desde o final do primeiro semestre, com o limite ampliado de empréstimos do Fundo Clima, de R$ 1 bilhão.

Mas os estímulos não resultaram em novos contratos de financiamento ao setor. Em 2026, até o final de setembro, nenhum contrato foi fechado na parcela do Fundo Clima gerida pelo BNDES, com juros abaixo dos de mercado.

GRÁFICO 1. O fluxo de empréstimos do Fundo Clima em 2026

Valores em R$ bilhões



Fontes: Siop/Ministério do Planejamento e BNDES, elaboração própria

Uma nova rodada de pressões para ampliar os financiamentos aos minerais críticos está prevista para a primeira quinzena de dezembro. Uma reunião extraordinária do Comitê Gestor do Fundo Clima deverá analisar mudanças no Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) 2026. Empresas do setor defendem que os financiamentos do Fundo Clima alcancem também a etapa de lavra.

Mesmo com o adiamento da reunião, por conta do período eleitoral, eventuais mudanças alcançarão um volume considerável de recursos a ser contratada.

Com base em dados de contratos assinados até o final de setembro, o BNDES detinha, então, cerca de R$ 20 bilhões de saldo para novas contratações. Consideradas as operações aprovadas até 31 de outubro, o banco ainda tinha R$ 18,6 bilhões de saldo para novas aprovações nos dois últimos meses do ano e até a aprovação do PAAR de 2027 (ver gráfico 1).

O Painel do Fundo Clima informa o volume de operações aprovadas, mas as informações sobre os destinatários dos recursos só ficam disponíveis após a efetiva contratação dos financiamentos

O único financiamento a minerais críticos contratado nos últimos anos data de outubro de 2024. Na esteira de um primeiro aumento do limite de recursos por operação para R$ 500 milhões, um empréstimo de quase meio bilhão de reais destinou os recursos à unidade de beneficiamento de lítio da Sigma Mineração no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Não foi registrado, no entanto, nenhum desembolso desse empréstimo nos dois últimos anos, período em que a empresa teve problemas na Justiça.

No início de novembro, o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE) aprovou a classificação desses minerais por classes de prioridades[1]. Lítio, terras raras e até o urânio entraram na categoria de "prioridade alta", que considerou também "risco geopolítico".

Entende-se que as classes de prioridade serão consideradas para incentivos financeiros. Minerais críticos foram definidos assim por serem considerados necessários a setores essenciais da economia, cujo abastecimento seja insuficiente, instável ou vulnerável. Já os minerais estratégicos são aqueles considerados essenciais à geração de saldo positivo na balança comercial, ao desenvolvimento tecnológico ou regional, ou à redução das emissões de gases de efeito estufa na própria cadeia produtiva.

Uma nova reunião do CIMCE está prevista ainda em novembro e empresas do setor pressionam por flexibilização do licenciamento ambiental, tanto quanto por estímulos financeiros. A expectativa é que seja regulamentado o Fundo Garantidor da Atividade Mineral (FGAM), criado para compartilhar riscos, alavancar o crédito bancário e superar o desafio do financiamento nas fases iniciais de pesquisa e mineração.

(1) https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/2026/governo-federal-aprova-lista-brasileira-de-minerais-criticos-e-estrategicos

GRÁFICO 2. Distribuição dos minerais em classes



CLASSE I
PRIORIDADE ALTA

Atuação prioritária do Estado em razão de sua elevada relevância para os interesses nacionais e da intensidade dos riscos ou das oportunidades estratégicas

Terras raras, grafita, lítio, níquel, cobalto, cobre, manganês, silício e urânio



CLASSE II
PRIORIDADE MÉDIA

Substâncias cuja relevância justifique medidas de desenvolvimento, redução de vulnerabilidades ou fortalecimento de cadeias produtivas

Tungstênio, cromo, vanádio, tântalo, titânio, fosfato, potássio e enxofre



CLASSE III
PRIORIDADE BAIXA

Substâncias cuja relevância para os interesses nacionais justifica o acompanhamento por meio de monitoramento estratégico e de reavaliações periódicas

Nióbio, estanho, ferro, zinco, ouro, magnésio, molibdênio, tório, alumínio e metais do grupo da platina

Fonte: Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE)

O Instituto Talanoa já apresentou ressalvas ao financiamento da lavra de minérios com recursos do Fundo Clima[2], atividade que já conta com outras fontes de financiamento, sobretudo porque os recursos públicos do Fundo Clima exigem maior eficácia climática das operações.

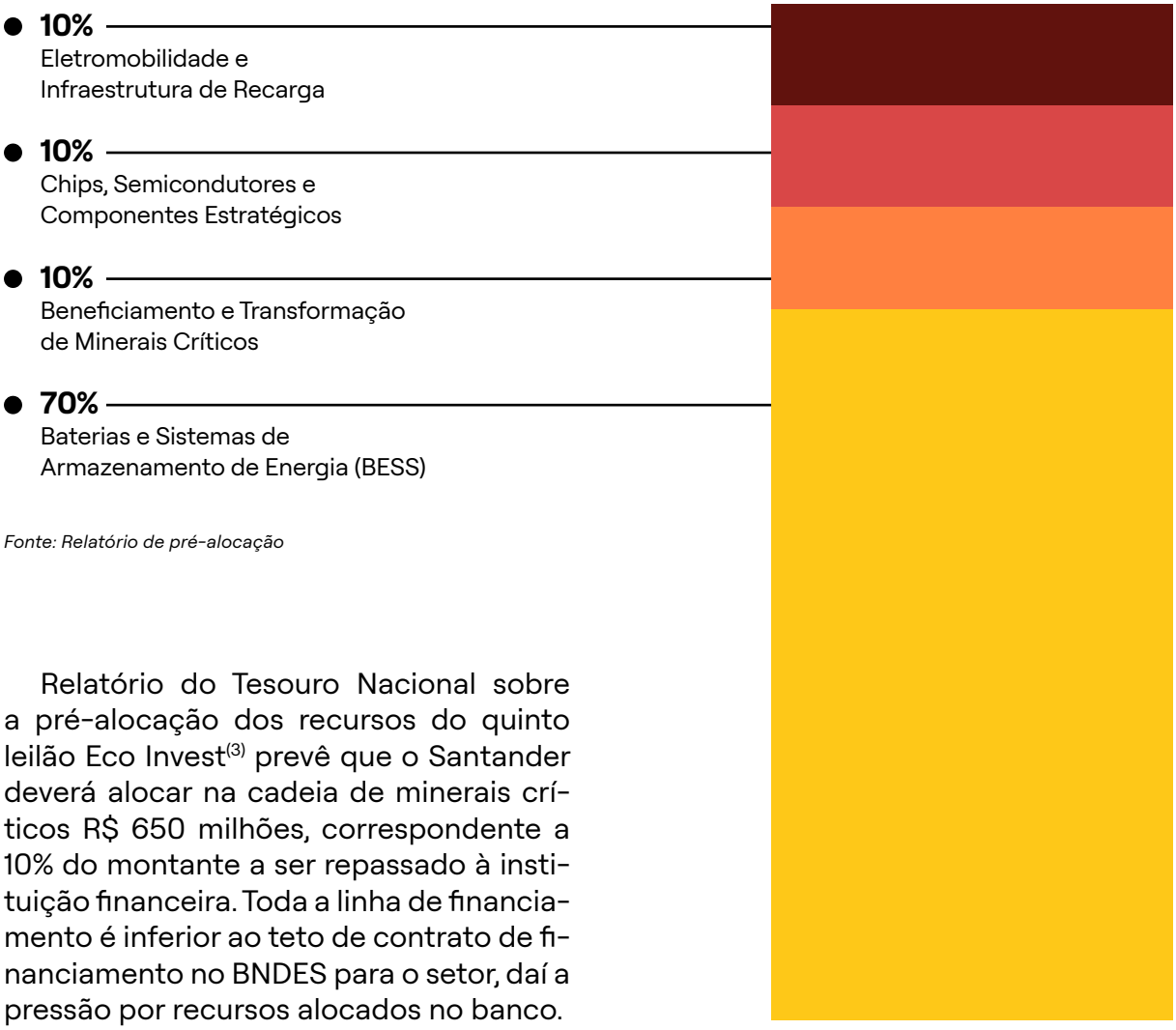
Além disso, a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), sancionada em setembro, prevê a possibilidade de empréstimos do Fundo Clima via BNDES apenas para o fomento do beneficiamento e da transformação mineral e da mineração urbana dos minerais críticos e estratégicos.

Recursos do quinto leilão Eco Invest poderão financiar a lavra de minerais críticos e estratégicos. Mas com a condição de a lavra ser desenvolvida em conjunto com o beneficiamento (e de preferência a transformação) desses minerais e desde que a atividade de lavra não consuma mais do que 20% do valor total do projeto.

Fontes: Siop/Ministério do Planejamento e BNDES, elaboração própria

GRÁFICO 3. Beneficiamento de minerais críticos, baterias e mobilidade elétrica

Fundo e crédito com a mesma distribuição



Fonte: Relatório de pré-alocação

Relatório do Tesouro Nacional sobre a pré-alocação dos recursos do quinto leilão Eco Invest[3] prevê que o Santander deverá alocar na cadeia de minerais críticos R$ 650 milhões, correspondente a 10% do montante a ser repassado à instituição financeira. Toda a linha de financiamento é inferior ao teto de contrato de financiamento no BNDES para o setor, daí a pressão por recursos alocados no banco.

O quinto leilão mobiliza quase R$ 50 bilhões em investimentos, considerados os recursos públicos (capital catalítico) e os aportes privados (as instituições financeiras selecionadas), dirigidos também a outros temas, como inteligência artificial, combustíveis e fertilizantes verdes. O manual operacional[4] dessa rodada do Eco Invest prevê duas condições a serem preenchidas, cumulativamente, no financiamento à mineração:

(3) https://institutotalanoa.org/wp-content/uploads/2026/08/00_Lavra-Mineraria.pdf
(4) https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao-anexo/29406

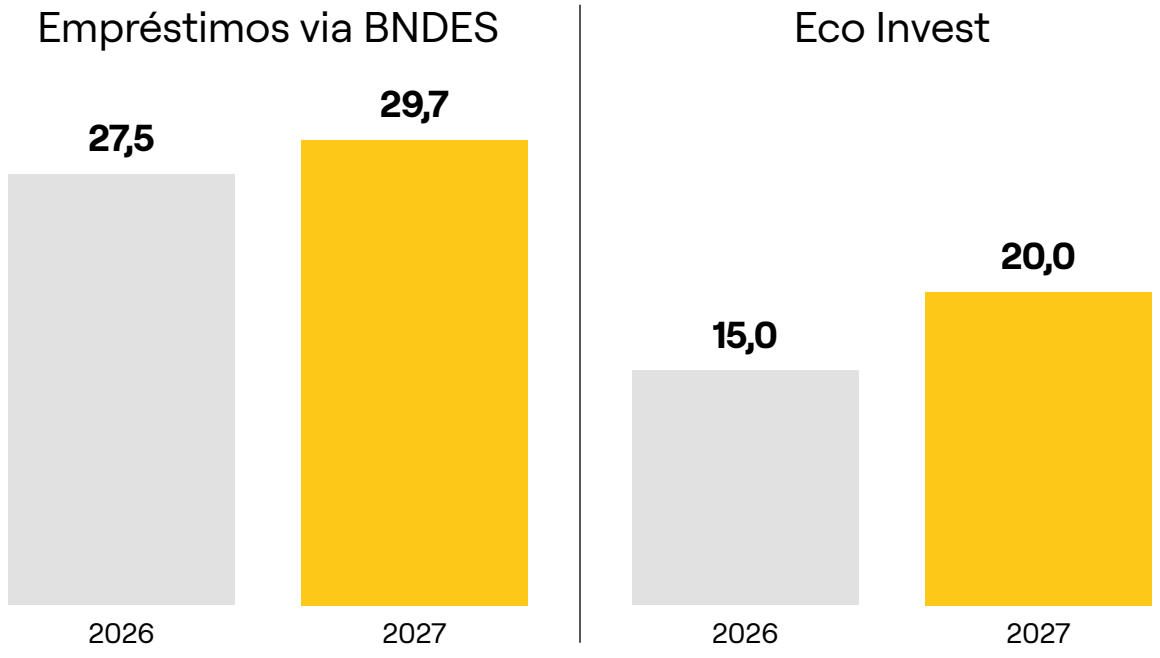
1 o mineral processado esteja enquadrado como mineral crítico, estratégico ou prioritário para o desenvolvimento econômico, tecnológico, energético ou para a transformação ecológica

2 o projeto apresente contribuição direta e demonstrável para rotas de descarbonização vinculadas à transição energética, evidenciando a aplicação do mineral em tecnologias, equipamentos, componentes ou cadeias produtivas essenciais à redução de emissões de gases de efeito estufa, à eletrificação, ao armazenamento de energia, à geração de energia renovável ou a outras soluções compatíveis com uma economia de baixo carbono.

Neste ano, o Fundo Clima tem gastos autorizados de R$ 42,5 bilhões para empréstimos do BNDES e para a parcela do Eco Invest, coordenado pelo Ministério da Fazenda. Para 2027, a previsão de gastos no projeto da Lei Orçamentária Anual é que o Fundo Clima tenha um novo aumento significativo, para R$ 54,7 bilhões.

GRÁFICO 4. Fundo Clima e suas parcelas em 2026 e 2027 (previsão)

Valores em R$ bilhões



A transição energética continua dominando a destinação de recursos do Fundo Clima via empréstimos do BNDES. Em setembro, no entanto, dos R$ 402,7 milhões de contratos fechados, R$ 230 milhões foram destinados à implantação de 2,5 mil hectares de sistema agroflorestal de cacau em áreas degradadas na Bahia, projeto que contribuirá tanto para reduzir as emissões de gases de efeito estufa como para a adaptação às mudanças climáticas.

Foram fechados ainda três contratos para a compra de "máquinas verdes" que teriam impacto tanto para reduzir emissões de gases de efeito estufa como para a adaptação às mudanças climáticas, sem clareza sobre esses impactos. O segundo maior contrato em volume de recursos (R$ 140 milhões) destina valores à compra de caminhões movidos a biometano.

Em setembro, não houve registro de nenhum contrato para adaptação fechado com estados ou municípios. Três operações com os municípios Betim (MG), Paulista (PE) e Osasco (SP), para a prevenção e gestão dos impactos do aquecimento global, somando pouco mais de R$ 83 milhões, constam como aprovadas no mês.

O Monitor do Fundo Clima, do Instituto Talanoa, registra R$ 3 bilhões de operações com a administração pública em análise ou já aprovadas. Essas negociações com estados e municípios contam com um nível maior de transparência do que aquelas com empresas privadas. As informações são tornadas públicas a partir do momento em que entes da federação fazem pedido de crédito ao BNDES.

institucional@institutotalanoa.org

@institutotalanoa

Instituto Talanoa